

JUSTICA SOCIAL: UMA UTOPIA?

Hubert Lepargneur

A justiça no mundo, sem a qual se diz não haver paz, deve começar no próprio país, o que exige de muitos cidadãos a consciência de excessivas desigualdades (nada a ver com certa utopia de igualitarismo) e a vontade de atenuá-las. O primeiro ponto deve basear-se sobre dados objetivos, se possível, incontestáveis. Aqui mencionamos que o Brasil está elencado como um dos dois ou três países de pior distribuição da renda nacional. Como admitiu o presidente da república, o Brasil não é um país pobre, mas um país injusto. O segundo ponto é de obtenção mais difícil, porque as pessoas que poderiam mudar a distribuição figuram entre os privilegiados.

Os 50 milhões de pessoas mais ricas dos Estados-Unidos e da Europa têm a mesma renda que 2,7 bilhões de pobres, ou seja, conforme pesquisa do economista Branko Milanovic, 1 % da população mundial recebe uma renda igual à renda da metade da humanidade viva¹. Em que medida, no Brasil, os pobres foram beneficiados pelo aumento brutal da dívida interna que passou de 59,2 bilhões de reais em 1994 para 624 bilhões de reais em 2001? Ou será que o mais favorecido foi o punhado de entidades financeiras que estão lucrando milhões anuais?

O interesse tende a cegar sobre o que desagrade e a vetar toda correção possível, sobretudo quando os jogos repousam sobre leis de duvidosa conveniência para o bem comum e práticas sedimentadas por gerações. Tanto para a visão quanto para a operacionalização de remédios, nos parece apropriada uma contribuição lúcida e forte de uma instituição ou entidade que desfrutasse ao mesmo tempo de notável recuo sobre os interesses imediatos e de certa consideração social a fim de evitar pregar no deserto. No Brasil, a Igreja e suas expressões institucionais nos parecem preencher estes requisitos. Se uma religião não é capaz de priorizar uma finalidade altruísta tão incontestável quanto a obtenção de um mínimo de justiça social, é de se perguntar se ela desempenha sua função e expressa corretamente sua identidade.

Dois pontos preliminares nos parecem requeridos para avançar, além da observação, que não precisa demonstração, segundo a qual querendo agradar a todos, ou não descontentar ninguém, não se mudará nada, visto o dito "mudar para que tudo fique no mesmo", com a consciência em paz:

1) Por popular ou eclesial que seja um grito ou uma contestação, raramente ou nunca ele surtirá efeito por si só. Procurar alternativas é necessário (se não existem algumas melhores, por que gritar?) e não se devem desprezar soluções sugeridas, apenas por elas serem difíceis, imperfeitas ou de lento processamento, porque não convém esperar um milagre instantâneo. Todo progresso se obtém segundo etapas, isto é, perseverança.

2) Como o puro altruísmo é raro e dificilmente exigível dos outros, é preciso procurar mostrar como determinados meios que servem o bem comum, isto é, a justiça e os menos privilegiados, servem também os interesses bem entendidos de seus agentes.

Ilustramos este último ponto. Até na diplomacia internacional e na União Européia, muito civilizada, *"a prática permanece muito realista"* assegura o

¹ "Economic Journal", jan. 2002

embaixador francês Gilles Curien, que menciona esta ocorrência: *“Os objetivos elevados são atingidos apenas se muitos interesses particulares são satisfeitos. Na Conferência sobre a segurança e a cooperação na Europa, nos anos 1980, quando a norma era ainda a unanimidade, para convencer um país muito pequeno de não impedir o acordo final, foi preciso providenciar-lhe a perspectiva de um investimento muito particular sobre seu território. Numa outra sessão, o governo de um país muito grande autorizou um acordo de importância geral, apenas quando foi satisfeito em relação à liberdade de movimento de um só indivíduo, vinculado a importante lobby”* (...) *“Para convencer”,* explica G. Currien, *“é mister demonstrar um vínculo entre os interesses particulares e a causa mais elevada em pauta”*. Como se diz no Brasil, *“é dando que se recebe”*.

Outra ilustração decorre dos atos terroristas do 11 de setembro de 2001. Entre os efeitos de maior impacto que reparamos figura em boa linha a onda universal do desabafo, repentino, de todas as “inteligentzias” nacionais que expressaram tudo que tinham guardado no coração e na mente contra os Estados Unidos. Na mídia nunca presenciamos tanta unanimidade para criticar um só país que, à primeira vista, parecia antes a vítima da ocorrência em pauta. Figura em não menor posição o impulso considerável, gratuitamente fornecido à religião muçulmana, notadamente pela incansável repetição de que o terrorismo do islamismo não deve ser confundido com uma obrigação líquida e óbvia da letra do Corão, nem como uma atuação que faria a unanimidade da ‘umma’. A opinião dos muçulmanos dos países democráticos, de fato, não é representativa da opinião das massas dos países governados por muçulmanos. Longe de induzir o ‘jihad’ contra inocentes (pelo menos após a conquista da península arábica no século 7) , as 114 ‘souratas’ do Corão sustentariam não apenas a mística sufista (nem sempre bem vista dos ‘mulahs’) , mas, mais radicalmente, a “submissão a Allá” (sentido da palavra islã) por parte do quase um bilhão de crentes, cujo número está progredindo na Ásia, na África, na Europa e nos Estados Unidos. Pouco se divulgou que a revista árabe *“Al-Quds al-Arabi”* de 23-02-1998 publicou, sob o patrocínio da “Frente Islâmica Internacional para o ‘Jihad’ contra os judeus e os cruzados”, uma ‘fatwa’ de Ousama bin Laden que decretou que os muçulmanos deviam matar os norte-americanos, incluindo os civis, em qualquer lugar onde estiverem no mundo.

Nunca os descrentes se precipitaram com tal fervor na defesa do cristianismo, e especialmente do catolicismo, quando injustamente atacados ou suspeitados. Resta saber se a supremacia da ‘sharia’ sobre o mundo, se ocorrer em vez do chamado imperialismo norte-americano, tornará mais livres e felizes as massas subdesenvolvidas e os letrados que saem em defesa do Islão. Se “outro mundo é possível”, como acreditamos, cabia notadamente ao “Fórum Social Internacional” (Porto Alegre, 2002) mostrar o quanto podia ser democrático e oportuno dar a palavra a quem pensa diferente; evidenciou o quanto difícil era. Ou haveria justiça sem liberdade, sem a liberdade de expressar uma opinião diferente da “politicamente correta” do momento? Entretanto a pressão do “Fórum Social” sobre o “Fórum Econômico” não resultou apenas (ainda que indiretamente) na transferência deste último de Davos para Nova York, resultou sobretudo no acréscimo de maior debate sobre a repartição das riquezas, isto é, sobre nosso problema da justiça social.

Voltando à consideração do chão brasileiro, como deixar de questionar a concentração da renda, especialmente em mãos das entidades financeiras, quando a assistência social carece ainda de socorros de urgência, mesmo quando não são cortadas verbas de programas anteriormente instalados. Observamos que desde 1994 (Plano Real), o governo, para evitar o incontestável mal de forte inflação, manteve elevadíssimas as taxas de juros (atualmente no patamar de 19%), sensivelmente superiores às taxas das economias desenvolvidas. Isso permite atrair capitais, sem lhes perguntar se

são de investimento ou de especulação, o que ajuda o governo a pagar suas dívidas, mas permite igualmente aos mais sólidos bancos nacionais pedir empréstimos fora a fim de repassar à sua clientela nacional com substancial margem de lucro. Ninguém se surpreende, portanto, conhecendo esta situação, que as instituições financeiras do próprio país tenham adquirido de bom grado, num esforço nacional, boa parte dos títulos da dívida pública: esta, com efeito, pulou internamente de 13, 6 bilhões de reais para 41, 7 bilhões sob os auspícios da atual condução econômica. O poder e o lucro dos grandes bancos no Brasil não parecem propícios a concessões em favor da miséria ambiente, além de justas obras de assistência social, próprias a significar a boa vontade de um lado e a limitar a violência do outro lado. Entretanto bons apóstolos nos repetem que a miséria eventual não tem nada a ver com inegáveis ondas de violência, porque muitos pobres são muito respeitadores do direito de propriedade. Mas sobre este direito, a doutrina tradicional da Igreja é um pouco diferente ao obrigar certa devolução do excedente, o chamado “supérfluo” (que nunca se encontra no próprio bolso); a história sugere também menos separação entre miséria e levante popular, mesmo sem remontarmos até a Revolução Francesa. Sem falar em vínculo causal rígido, como ignorar o condicionamento, a enorme pressão? Mesmo sem ‘diktat’ de religião nenhuma, que humanismo ético pode pretender que milhares de vidas humanas não são mais importantes que uma pletera de riqueza nas mãos de poucos que inventaram uma suposta sacralização de seu pretendido “direito adquirido?”.

Falta devida informação, mas falta, sobretudo, o que a espiritualidade cristã chamava *o coração*, o que não tem nada a ver com a atual promoção da “inteligência emocional”. Falta eminentemente vontade política (isto é, econômica) de mudar. Existe quase unanimidade sobre a necessidade de certas reformas legislativas, para não dizer constitucionais, que tardam a aparecer porque os motivos da inação servem os interesses imediatos dos responsáveis. Por que comprometer o próprio futuro quando um discurso de vez em quando basta a dar sossego à ânsia popular?

É sabido que os pobres pagam proporcionalmente mais impostos do que os ricos; isto não diz respeito apenas aos impostos indiretos, exageradamente pesados em relação ao imposto direto da renda, que suscita tanta crítica. Mais importante, ainda que mais silenciado, é o contraste entre o imposto do assalariado, que não escapa do desconto operado sobre seu holerite, e os privilégios que afetam as rendas financeiras, para não dizer apenas especulativas.

Uma reforma de base pautada em 1984, na Nova Zelândia, a favor dos mais pobres, resultou em piora da situação deles, constatou Dalziel². Larry Elliot comenta em “The Guardian” : *“Na Nova Zelândia como no Ocidente, os ricos foram os verdadeiros beneficiários da reforma estrutural, com 10 % da camada superior da distribuição de renda gozando de um aumento de 26,5 % nos rendimentos reais nos períodos de 1983-84 e 1995-96”* (tradução em O Estado de S. Paulo , 27-01-2002). O público norte-americano descobriu recentemente que muitas subvenções supostamente dirigidas (notadamente no campo agropecuário) aos mais necessitados iam na realidade aos mais ricos.

Várias reformas ou projetos de reforma, em diversos países, que prometem diminuir as imposições fiscais, na realidade não passam de presentes discretos para privilegiados; importam dados factuais, concretizados em resultados, mais do que suaves promessas. Nunca se prestigiou tanto os pobres em discursos emocionantes, e nunca aumentaram tanto o número e a miséria

² Political Economy, vol. 14, 1

dos marginais em cada nação e no mundo, sem que ignoremos os progressos sociais em algumas áreas de algumas nações. É infelizmente difícil contradizer com dados o ex-ministro francês do interior, Jean-Pierre Chevènement (atualmente candidato potencial à presidência da República), quando declara que *“a cooperação leva para ricos dos países pobres o dinheiro dos pobres dos países ricos”*³; descontamos o exagero retórico da expressão. Não haveria um fenômeno similar, no Brasil, quando se repara que os “remendados” pagam proporcionalmente mais impostos que os ricos e que, em matéria de aposentadorias, a classe média dos assalariados pagam as super-aposentadorias dos mais privilegiados, dos quais não se excluem os políticos?

O catolicismo praticado por 80 % da população brasileira não significa necessariamente sua aceitação da doutrina social cristã, tal como está embutida em Encíclicas, mais celebradas do que lidas, mais lidas do que implementadas. Face à desigualdade extrema que conhece o país (ainda que pior exista, notadamente na Índia), não importa muito denunciar o FMI ou o Banco Mundial, ou criticar o egoísmo – ainda que incontestável, notadamente em matéria de protecionismo, sem excluir o agro-pecuário - das nações mais prósperas, Estados Unidos e União Européia. Face ao dado do recorde nacional de má distribuição da renda, que nunca devemos esquecer neste debate, não seria inconveniente, por parte da Igreja e de seus membros ou entidades mais representativos ou atuantes, conferir mais ostensivamente certas posições ou práticas, sedimentadas em respeitadas costumes, com a doutrina eclesial à qual nos temos referido. De onde vem esta absolutização do direito de propriedade, que vem a superar o direito à vida do próximo, isto é, da gente ao nosso lado, em carne e ossos? Seguramente não de S. João Crisóstomo ou de algum outro Padre da Igreja.

Não se trata de abalar ingenuamente as estruturas do sistema econômico de mercado sobre o qual repousam o capitalismo e a globalização atual; mas tal sistema não é um absoluto que dispensa regulamentação, controle ético-político e compensação assistencial para os excluídos que carecem de produto para oferecer ao mercado. O lucro é não apenas normal, legítimo, mas necessário para a manutenção do negócio ou do serviço. Todavia existem um lucro legítimo e lucros abusivos: por que não se ensina mais a ética que permitiria esta distinção? A Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - teve lucro de 521 milhões de reais em 2000 (Folha de São Paulo, 10-12-01): não nos cabe julgar, mas como relacionar este resultado com o número de favelados e outros marginais a quem falta água e especialmente água potável? Lembremos que se o século 20 lutou em torno do barril de petróleo e de seu preço, nosso século 21 lutará em torno da água e notadamente em torno da carência e do preço da água doce.

Sabemos que os papas falaram, repetidamente, sobre a exigência ética, humana, do destino coletivo dos bens desta terra, em partilha à luz de uma distribuição que condiz com o bem comum, do qual todos participam. Falaram também em devolução do supérfluo, em benefício dos necessitados: a transferência pode ser espontânea ou mediante regulamentação estatal (sobre a qual esperamos voltar um dia).

O combate pela justiça não apenas é multifacetado, mas ainda não é o monopólio de um partido ou de uma religião. Importa unir os cidadãos motivados para fins inequivocamente bons, como é a justiça social. Tentativas, como o do “Fórum Social” de Porto Alegre, em 2002, de suscitar outro paradigma para reger o mundo civilizado, evidenciou as dificuldades do diálogo,

³ “Le Nouvel Observateur” , 5-12-01

para chegar a objetivos claros. É preciso dar prioridade a determinadas metas - chaves, sem exigir perfeição em outros campos, e proceder por etapas.

As estratégias eclesiais e dos movimentos religiosos podem e devem mudar, mas sem abdicar seus valores e fins. Muitas obras pioneiras, seculares se não milenares, da Igreja, especialmente nos campos da educação (popular e erudita) e da saúde laicisaram-se, substituindo-se religiosos e religiosas por profissionais diplomados e pagos pelo Estado. Outras entidades beneficentes deixaram a confessionalidade religiosa para funcionar como Organizações não governamentais, não lucrativas. Isto é, não é evidente que houve perda de generosidade, pelo menos em meios humanistas. Mesmo se a atuação de algumas ONG's é contestável ou contestada, entidades como "Médicos sem fronteiras" e "Medicus Mundi", co-fundadas por Bernard Kouchner, hoje atuando no mundo onde for urgente e possível, provam o feliz desempenho de obras assistenciais leigas, não religiosas, generosas e por vezes heróicas, no prolongamento de uma atuação cristã que não desapareceu por isso.

É conhecida a principal tese de Marcel Gauchet segundo a qual a Igreja cristã está desaparecendo, não por ter fracassado, mas por ter completado sua missão histórica na obra educativa e assistencial. *"O Cristianismo é a religião da saída da religião"*. O mundo despertou para o humanismo. As tarefas passaram por conta das democracias avançadas. A dimensão transcendente, essencial nas religiões e especialmente no cristianismo, escapa ao descrente Marcel Gauchet; nem por isso este autor, fino analista, é desconhecedor da história.

Núcleos cristãos têm de prosseguir, com uma animação de transcendente espiritualidade, de que carecem as obras laicas, governamentais ou independentes. É com razão que, num excelente panorama histórico sobre o cristianismo atual, o historiador e acadêmico francês, católico, René Rémond (presidente da Fundação Nacional das Ciências Políticas) menciona a comunidade romana de Sant'Egidio e seu fundador, o historiador Andréa Riccardi. *"Esta comunidade de leigos deu prova de imaginação ao associar contemplação e ação de maneira original a serviço dos pobres e da paz no mundo"*. (Op. cit. , p. 151).

Os núcleos cristãos ativos que trabalham para humanizar o mundo, basicamente no terreno político-social, a fim de instaurar ou promover maior justiça, não podem ignorar a colaboração, a seu lado, de outras boas vontades. Resta esclarecer o povo e os povos que votam, a fim que coloquem na chefia das nações democráticas pessoas que costumam agir pelo bem comum e não apenas por ambição pessoal de conseguir maior riqueza e maior poder. Seria absurdo, com efeito, prosseguir num mundo em que algumas almas nobres trabalham ardorosamente para humanizar esta terra e tornar seus habitantes mais solidários, num empreendimento sabotado e desfeito por leis, decisões judiciárias de impecável legalismo e, sobretudo, por praticas comuns, irresponsáveis e impuníveis, totalmente contrárias, efetuadas por e em prol de núcleos tão auto-privilegiados quanto amorais.

Temos apontado vários itens que exigiriam aprofundamento e rigoroso seguimento; não cabem num artigo que não desejamos comprido. É normal não expressar, nem realizar tudo de uma vez; precisamos tempo para digerir aquilo que não condiz com aquilo ao qual estamos mais habituados.

Referencias bibliográficas:

Curien G., "De la persuasion au génie di christianisme", em Revue d'éthique et de théologie morale , n° 218, set.-out. 2001, p. 125.

Gauchet M., Le désenchantement du monde , Paris, Gallimard, 1984.

Rémond R., Le christianisme en accusation, Paris, Desclée de Brouwer, 2000.